



Número: **0600044-86.2025.6.18.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Presidência**

Última distribuição : **26/03/2025**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Minuta de Resolução**

Objeto do processo: **PROCESSO ADMINISTRATIVO - MINUTA DE RESOLUÇÃO - ALTERAÇÃO DE DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DE CARGOS - SEI 0008470-32.2024.6.18.8000**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (REQUERENTE)	

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22432345	20/05/2025 11:25	Acórdão	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 501, DE 19 DE MAIO DE 2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600044-86.2025.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI.

Requerente: Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

Relator: Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

Altera os anexos I e II da Resolução TRE/PI nº 120, de 9 de junho de 2006, modificada pelas resoluções TRE/PI nº 137, de 3 de abril de 2008, nº 156, de 3 de março de 2009, nº 270, de 1º de outubro de 2013 e 272, de 8 de outubro de 2013.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso IX, da Resolução TRE-PI nº 107, de 4 de julho de 2005 (Regimento Interno do Tribunal),

CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução TSE nº 23.741, de 13 de maio de 2024, que dispõe sobre a regulamentação da descrição e especificação de cargos efetivos das carreiras judiciárias no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 35 e 36 da Resolução TRE/PI nº 432, de 18 de novembro de 2021, com redação dada pela Resolução TRE/PI nº 478, de 2 de abril de 2024;

CONSIDERANDO, ainda, a decisão proferida pela Presidência do TRE-PI no Processo SEI nº 0008470-32.2024.6.18.8000,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a especialidade do cargo de Analista Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade: Análise de Sistemas de que trata o Anexo I da Resolução TRE/PI nº 120, de 9 de junho de 2006, modificada pela Resolução TRE/PI nº 272, de 8 de outubro de 2013, para a Especialidade: Tecnologia da Informação.

Art. 2º Alterar a especialidade do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade: Transporte de que trata o Anexo II da Resolução TRE/PI nº 120, de 9 de junho de 2006,



modificada pela Resolução TRE/PI nº 270, de 1º de outubro de 2013, para a Especialidade: Agente de Polícia Judicial.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões por Videoconferência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, em Teresina, 19 de maio de 2025.

Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

Presidente e Relator

RELATÓRIO

O SENHOR DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS (RELATOR): Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

Trata-se de proposta de resolução apresentada pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP para dar cumprimento a Resolução TSE nº 23.741/2024, que dispõe sobre a regulamentação da descrição e especificação de cargos efetivos das carreiras judiciárias no âmbito da Justiça Eleitoral.

No parecer 3829 (fls. 20/23 do ID 22400667), a Coordenadoria Técnica da SGP, após analisar os impactos da Resolução TSE nº 23.741/2024 nas normas internas do TRE/PI, apresentou minuta de Resolução, concluindo que as alterações promovidas pelo TSE surtirão impactos na Resolução TRE/PI nº 120/2006, relacionado as seguintes providências:

a) alteração da especialidade do cargo de Analista Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade: Análise de Sistemas de que trata o Anexo I da Resolução TRE/PI nº 120, de 9 de junho de 2006, modificada pela Resolução TRE/PI nº 272, de 8 de outubro de 2013, para a Especialidade: Tecnologia da Informação; e

b) alteração da especialidade do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade: Transporte de que trata o Anexo II da Resolução TRE/PI nº 120, de 9 de junho de 2006, modificada pela Resolução TRE/PI nº 270, de 1º de outubro de 2013, para a Especialidade: Agente de Polícia Judicial.

A minuta de resolução consta do ID 22400667, fls. 24/25.

Após, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, no Parecer 674 (fls. 29/31 do ID 22400667), opina pela conversão em instrumento definitivo da minuta do normativo elaborada pela Coordenadoria Técnica da SGP, na forma sugerida por aquela unidade.

Em seguida, esta Presidência acolheu a proposta apresentada e determinou a remessa dos autos



administrativos à Secretaria Judiciária para distribuição no PJe e posterior submissão da minuta neste Plenário, com fulcro no art. 15, inciso IX, da Resolução TRE-PI nº 107/2005.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público Eleitoral, no Parecer ID 22427630, opina favoravelmente à aprovação minuta de resolução.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS (RELATOR): Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

Com a recente edição da Resolução nº 23.741/2024, o Tribunal Superior Eleitoral passou a dispor sobre a regulamentação da descrição e especificação de cargos efetivos das carreiras judiciárias no âmbito da Justiça Eleitoral, prevendo, dentre outras providências, alteração da nomenclatura dos cargos de Analista Judiciário, Área de Atividade: Apoio Especializado, Especialidade: Análise de Sistemas, e de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, Especialidade: Segurança, os quais passam a ser denominados, respectivamente, Analista Judiciário, Área de Atividade: Apoio Especializado, Especialidade: Tecnologia da Informação, e Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, Especialidade: Agente da Polícia Judicial.

Entendo pertinente a sugestão da Assessoria da Diretoria Geral de que, para o indispensável alinhamento com o normativo do TSE, impõe-se a necessidade imediata de rever as especialidades dos referidos cargos também em âmbito interno, procedendo-se a modificação das nomenclaturas dos mencionados cargos, constantes dos Anexos I e II da Resolução TRE/PI nº 120, de 9 de junho de 2006.

Ademais, quanto às demais disposições constantes da Resolução TSE nº 23.741/2024, notadamente as referentes a alteração de nomenclatura de cargos, criação da especialidade medicina do trabalho e determinação de extinção de determinados cargos à medida em que foram vagando, são medidas que dispensam ajustes nas normas internas deste Tribunal no presente momento, pelos motivos suficientemente expostos pela Coordenadoria Técnica da SGP no seu Parecer 3829, de fls. 20/23 do ID 22400667.

Desta forma, considerando que a presente proposição encontra resguardo fático e jurídico, que o trâmite do processo aconteceu de forma regular, e que a minuta de resolução em apreço foi apresentada de maneira clara e adequada, entendo que está apta a ser aprovada.

Ante o exposto, VOTO, em consonância com o parecer ministerial, pela aprovação da minuta de resolução de ID 22400667, fls. 24/25, determinando sua conversão em instrumento definitivo pela unidade competente.

Ressalto, por fim, a necessidade de a unidade administrativa competente proceder à compilação



da norma ora aprovada à redação dos anexos I e II da Resolução TRE-PI nº 120, de 9 de junho de 2006.

É o voto.

EXTRATO DA ATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600044-86.2025.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI.

Requerente: Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

Relator: Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

Decisão: ACORDAM as/os Juízas/es do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, APROVAR a minuta de resolução de ID 22400667, fls. 24/25, determinando sua conversão em instrumento definitivo pela unidade competente, ressaltando a necessidade de a unidade administrativa competente proceder à compilação da norma ora aprovada à redação dos anexos I e II da Resolução TRE-PI nº 120, de 9 de junho de 2006, na forma do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Ribeiro Martins.

Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Sebastião Ribeiro Martins e Ricardo Gentil Eulálio Dantas; o Juiz Federal Doutor Nazareno César Moreira Rêis; os Juízes Doutores José Maria de Araújo Costa e Daniel de Sousa Alves; a Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e o Juiz Doutor Edson Alves da Silva. Presente o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Alexandre Assunção e Silva.

SESSÃO DE 19.5.2025

